



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0002885-84.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito**
 Documento de Origem: **PF - 287/2013 - 1º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Edewilson Rogerio Rodrigues**

Aos 29 de junho de 2015, às 15:20h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu Edewilson Rogerio Rodrigues, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foram ouvidas duas testemunhas de acusação e interrogado o réu. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA:** "MM. Juiz: EDEWILSON ROGÉRIO RODRIGUES, qualificado a fls.08, foi denunciado como incurso no artigo 306, §1º, inciso I, da Lei nº 9.503/97, com a nova redação da lei 12.760/12, porque em 21.02.2013, por volta de 00h50, na Rodovia Washington Luiz, próximo ao Km 233, no posto de Fiscalização da Polícia Militar, nesta Comarca, conduziu veículo automotor com a capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, estando com concentração de álcool, por litro de sangue igual ou superior a 6(seis) decigramas, ou igual ou superior a 0,3 miligrama de álcool por litro de ar alveolar. Consta que o réu dirigia o seu veículo pela rodovia Washington Luiz e resolver parar no Posto da Polícia Rodoviária para pedir informações. Os policiais constataram sinais de embriaguez e em teste de etilômetro, o mesmo estava com concentração de 0,99 mg/l de álcool por litro de ar alveolar. A ação é procedente. Os policiais militares rodoviários ouvidos na presente audiência narraram que o réu apresentava sinais visíveis de embriaguez, como andar cambaleante e odor etílico elevado e com a capacidade psicomotora alterada. Foi apreendido o ticket etilometro. Ademais, o réu confessou o delito. Comprovado, pois, que o réu estava embriagado, dirigindo em via pública, requeiro sua condenação nos termos do artigo mencionado, ressaltando-se que o réu é primário, mas possui outro processo em andamento, perante a 3ª Vara Criminal, sendo incabível a proposta de suspensão condicional do processo (fls.46). **Dada a palavra à DEFESA:**"MM. Juiz: o réu é confesso e a confissão harmoniza-se com o restante da prova, autorizando o seu reconhecimento, na forma do artigo 197 do CPP. Observo que a materialidade está materialmente comprovada por laudo pericial. Em face da confissão, requeiro pena mínima, benefícios legais, notadamente aplicação de pena alternativa e a concessão do direito de recorrer em liberdade. **Pelo MM. Juiz foi dito:**"VISTOS. EDEWILSON ROGÉRIO RODRIGUES, qualificado a fls.08, foi denunciado como incurso no artigo 306, §1º, inciso I, da Lei nº 9.503/97, com a nova redação da lei 12.760/12, porque em 21.02.2013, por volta de 00h50, na Rodovia Washington Luiz, próximo ao Km 233, no



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

posto de Fiscalização da Polícia Militar, nesta Comarca, conduziu veículo automotor com a capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, estando com concentração de álcool, por litro de sangue igual ou superior a 6(seis) decigramas, ou igual ou superior a 0,3 miligrama de álcool por litro de ar alveolar. Consta que o réu dirigia o seu veículo pela rodovia Washington Luiz e resolver parar no Posto da Polícia Rodoviária para pedir informações. Os policiais constataram sinais de embriaguez e em teste de etilômetro, o mesmo estava com concentração de 0,99 mg/l de álcool por litro de ar alveolar. Recebida a denúncia (fls.48), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.56). Nesta audiência foram ouvidas duas testemunhas de acusação e interrogado o réu. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação do réu, nos termos da denúncia. A defesa pediu pena mínima, benefícios legais, pena alternativa e a concessão do direito de recorrer em liberdade. **É o relatório. DECIDO.** O réu é confesso. A prova oral reforça o teor da confissão. Existe comprometimento da capacidade psicomotora, segundo depoimento do policial militar que abordou o réu. A embriaguez parecia de tal ordem que o próprio réu parou na Base da Polícia Militar para pedir informação sobre fato distinto, o que revela ausência de exata compreensão em razão da embriaguez. O policial Jefferson ressaltou que o réu tinha “bastante andar cambaleante e odor etílico elevado”. O réu é primário e de bons antecedentes. Ante o exposto, **julgo PROCEDENTE** a ação e **condeno** Edewilson Rogério Rodrigues como incurso no artigo 306, *caput*, da lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), c.c. artigo 65, III, “d”, do CP. Passo a dosar a pena. Atento aos critérios do artigo 59 do Código Penal, fixo-lhe a pena-base no mínimo legal de 06 (seis) meses de detenção, a serem cumpridos inicialmente em regime aberto, já considerada a atenuante da confissão que não pode trazer a sanção abaixo do mínimo, mais 10 (dez) dias-multa, no mínimo legal, e suspensão da habilitação para dirigir veículos, por 02 (dois) meses. Presentes os requisitos legais, **substituo** a pena privativa de liberdade por **uma de prestação pecuniária, no valor de 01 (um) salário mínimo, em favor de entidade com destinação social a ser oportunamente indicada**. Transitada em julgado, intime-se o réu para **entrega** da carteira de habilitação, **em 48 horas**, nos termos do artigo 293, §1º, do CTB. Caso a habilitação tenha sido cassada, como afirma o réu no interrogatório, embora sem qualquer documento, ficará proibido de obter a habilitação pelo prazo de dois meses. O réu poderá apelar em liberdade. Não há custas nessa fase, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos Andre Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Réu: